

NOTIFICAÇÃO EDITAL DO RELATÓRIO FINAL DE LIQUIDAÇÃO (ARTIGO 178.º DA LEI Nº 154/2015, DE 14 DE SETEMBRO)

IDENTIFICAÇÃO:

AGENTE DE EXECUÇÃO CUJOS PROCESSOS ESTÃO EM LIQUIDAÇÃO:

Paulo Cunha, com a Cédula Profissional nº 2069 e o domicílio profissional em Praça Dr. Castanheira Neves, n.º 11C, Apart. 65, 3420-909 TÁBUA.

AGENTE DE EXECUÇÃO LIQUIDATÁRIO (AEL):

Bruno Nascimento, com a Cédula Profissional nº 5602.

CAUSA DE CESSAÇÃO DE FUNÇÕES:

Cessação de funções voluntária em 09/12/2014.

Nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 5 e no n.º 7, ambos do artigo 178.º da Lei nº 154/2015, de 14 de setembro, o AEL Bruno Nascimento, notificou os intervenientes no processo e elaborou um relatório de liquidação para cada processo, bem como o relatório global de liquidação que apresentou à Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ).

Ao abrigo do disposto no artigo 178.º da Lei nº 154/2015, de 14 de setembro, conjugado com os artigos 112.º, 121.º e 122.º todos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, a CAAJ notificou, por carta registada e por correio eletrónico, PAULO CUNHA para, querendo, exercer o direito de audiência prévia, e, consequentemente, se associar à preparação da decisão final acerca do Relatório da Liquidação do respetivo escritório, numa perspetiva, nomeadamente, de salvaguarda dos interesses públicos e privados em presença.

As notificações enviadas a PAULO CUNHA foram devolvidas e o seu paradeiro, até à presente data, é desconhecido, pelo que o mesmo vai ser notificado do RELATÓRIO FINAL DE LIQUIDAÇÃO através da afixação do presente Edital nas instalações da CAAJ, na página eletrónica da mesma, nas instalações da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, na sede da Junta de Freguesia do seu domicílio e na porta do seu último domicílio profissional conhecido, sito em:

PRAÇA DR. CASTANHEIRA NEVES, N.º 11C, APART. 65, 3420-909 TÁBUA

Pelo exposto, fica PAULO CUNHA igualmente notificado do depósito do RELATÓRIO FINAL DE LIQUIDAÇÃO, para efeitos de consulta, na sede da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, sita na morada constante em rodapé para, querendo, pronunciar-se acerca do mesmo, por escrito e no prazo de DEZ DIAS úteis, decorrida que seja a dilação de TRINTA DIAS, contados da afixação deste edital, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 88.º, conjugado com o artigo 86.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, e em conformidade com o disposto no artigo 178.º da Lei nº 154/2015, de 14 de setembro, conjugado com os artigos 112.º, 121.º e 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

Lisboa, 07 de fevereiro de 2019

A Presidente da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça,


Prof. Doutora Teresa Moraes Sarmiento